

**PARA ALÉM DA APROPRIAÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO?
O PROCESSO DE ADEQUAÇÃO SÓCIO-TÉCNICA
EM FÁBRICAS RECUPERADAS**

Henrique T. NOVAES

hetanov@ige.unicamp.br

Unicamp-Brasil

RESUMO.....	2
RESUMEN	3
INTRODUÇÃO	4
AS FORÇAS PRODUTIVAS CAPITALISTAS: EM BUSCA DO SEU USO OU RADICAL REESTRUTURAÇÃO NUMA SOCIEDADE SOCIALISTA?.....	7
O FETICHE DA TECNOLOGIA, ASSIMETRIA DE PODER, QUALIFICAÇÃO E FORÇAS DESTRUTIVAS	7
AS MODALIDADES DE ADEQUAÇÃO SÓCIO-TÉCNICA	11
AS FÁBRICAS RECUPERADAS PESQUISADAS	12
SOBREVIVÊNCIA OU LUTA ANTI-CAPITAL? POTENCIALIDADES E LIMITES HISTÓRICOS DOS MOVIMENTOS DE FÁBRICAS RECUPERADAS LATINO-AMERICANOS	15
LUIS GAIGER: A ECONOMIA SOLIDÁRIA DIANTE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	15
MICHAEL BURAWOY: HÁ MUDANÇAS SEM A CONQUISTA DO PODER CENTRAL?	16
ANÍBAL QUIJANO: SISTEMAS ALTERNATIVOS DE PRODUÇÃO?.....	17
ISTVÁN MÉSZÁROS: A NECESSIDADE DE ATAQUES DUPLOS	18
DILEMAS DAS FÁBRICAS RECUPERADAS DIANTE DO MODO DE PRODUÇÃO DO CAPITAL.....	24
CONCLUSÕES DA PESQUISA	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	30
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	33

Resumo

Este artigo apresenta, na primeira parte, os resultados de uma pesquisa realizada em 8 Fábricas Recuperadas (FRs) brasileiras, argentinas e uruguaias para identificar processos de Adequação Sócio-Técnica (AST). No plano teórico, iniciou-se pela avaliação da concepção, entre outras, da corrente principal do marxismo, que acredita que as forças produtivas seguem um caminho inexorável e podem ser usadas numa eventual sociedade socialista. Provavelmente por isso, os partidários da Economia Social e Solidária (ESS) acreditam que a tecnologia convencional, engendrada sob a égide das relações sociais de produção capitalistas para atender à lógica de acumulação das grandes empresas, pode ser usada sem significativas modificações nos empreendimentos autogestionários que preconizam. Baseado na visão daqueles que revisitando o enfoque da construção social da tecnologia argumentam no sentido antagônico, e nos estudos sobre aprendizagem técnico-econômica latino-americanos, concebemos o conceito de AST. Ele pode ser entendido como um processo *inverso* ao da construção sócio-técnica, em que um artefato tecnológico sofreria um processo de adequação aos valores e interesses políticos de grupos sociais relevantes, distintos daqueles que originalmente participaram de sua construção. Na pesquisa empírica, observamos que as FRs, apesar de inseridas no sistema produtor de mercadorias e tendendo a reproduzir as relações de trabalho herdadas, promoveram processos de AST nos âmbitos de a) software: mudanças de natureza cultural ligadas à repartição do excedente (i.e., retiradas mais próximas ou igualitárias), adequação parcial da fábrica aos interesses dos trabalhadores, apropriação do conhecimento do processo produtivo sem modificação da divisão do trabalho; b) orgware: apropriação do conhecimento do processo produtivo com modificação da divisão do trabalho; c) hardware: aquisição de maquinário, adaptações e repotenciamento. As FRs observadas, embora tenham promovido processos que se inserem na tipologia de sete modalidades de AST propostas na metodologia desenvolvida na pesquisa, parecem encontrar obstáculos devido: a) à *naturalização* da organização do processo de trabalho pelos cooperados, b) ao fetiche da tecnologia, que leva a que se acredite que a última tecnologia é sempre a melhor e se ignore o caráter relacional da tecnologia, e c) ao tempo necessário para uma transformação significativa das forças produtivas e da forma de repartição do excedente e d) à não generalização da expropriação dos expropriadores.

Na segunda parte da pesquisa, iniciamos pelo questionamento que avalia se as FRs abalam e/ou são funcionais ao *sistema sócio-metabólico do capital*. Para tanto, realizamos entrevistas, analisamos o discurso dos trabalhadores e presidentes destes movimentos sociais e revimos a bibliografia sobre o tema. Em que medida esta proposta vem significando a ruptura e/ou a manutenção do capital enquanto relação social? Verificamos que há possibilidades de mudanças nas relações internas das fábricas, significando neste sentido, rupturas na relação capital-trabalho sem que se dê uma revolução política. Ao mesmo tempo e contraditoriamente, verificamos que a maioria das FRs não está comprometida com uma proposta social socialista, significando muito mais uma experiência de *contenção social*. Mesmo quando comprometidas, observamos que a produção para a satisfação das necessidades humanas (e não a produção para a venda) está fora da governabilidade das FRs enquanto unidades isoladas. Isso nos indica que são poucas as chances de se verificar um potencial revolucionário *para fora* dos muros das empresas na falta de uma revolução social (expropriação de todos os expropriadores como um pré-requisito ou passo inicial para a socialização dos meios de produção) que questione a propriedade privada do *núcleo* do sistema capitalista e a necessidade de extinção da produção de mercadorias. Na falta disso, enquanto unidades isoladas, a tendência das FRs será reproduzir os mecanismos imperativos da acumulação de capital.

Palavras-chave: Autogestão, Forças produtivas, Economia Social e Solidária, Movimentos de Fábricas Recuperadas, Argentina Brasil e Uruguai

Resumen

Mas allá de la apropiación de los medios de producción? El proceso de Adecuación Sócio-Técnica en las Fábricas Recuperadas

El artículo presenta, en la primera parte, las conclusiones y el recorrido teórico-metodológico de la investigación realizada en ocho Fábricas Recuperadas (FRs) brasileñas, argentinas y uruguayas con el objeto de identificar procesos de Adecuación Socio-Técnica (AST). En el nivel teórico, se comenzó por la evaluación de la concepción, entre otras, de la vertiente principal del marxismo que cree que las fuerzas productivas siguen un camino inexorable y pueden ser utilizadas en una eventual sociedad socialista. Probablemente por eso, los teóricos de la Economía Solidaria y Social creen que la tecnología convencional, engendrada bajo las relaciones sociales capitalistas de producción para la acumulación del capital de las grandes empresas, puede usarse sin cambios significativos en los emprendimientos autogestionados que ellos promueven. Basado en la visión de aquellos autores que a partir del enfoque de la construcción social de la tecnología argumentan en un sentido antagónico al referido y en los estudios de aprendizaje tecno-económico latinoamericanos, se introduce el concepto de AST. Dicho concepto se entiende como un proceso inverso al de construcción socio-técnica, según el cual un artefacto tecnológico sufriría un proceso de adaptación a los valores y los intereses políticos de grupos sociales relevantes diferentes de aquellos que participaron originalmente en su construcción. En la investigación empírica, se observa que las FRs, a pesar de estar insertas en el sistema de producción de mercancías y tendiendo a reproducir las relaciones de trabajo heredadas, promovieron procesos de AST en diferentes ámbitos: a) software: cambios de naturaleza cultural relacionados a la distribución del excedente (es decir, retiros más cercanos ou igualitarios), adaptación parcial de la fábrica a los intereses de los obreros, apropiación del conocimiento del proceso productivo sin la modificación de la división del trabajo; b) orgware: la apropiación del conocimiento del proceso productivo con la modificación de la división del trabajo; c) hardware: adquisición de maquinarias, adaptaciones y repotenciación. Las FRs observadas, aunque hayan promovido procesos incluidos en las siete modalidades de AST propuestas en la metodología desarrollada en la investigación, parecen enfrentar obstáculos debidos a: a) la naturalización de la organización del proceso de trabajo por los cooperados, b) el fetiche de la tecnología que supone que la última tecnología siempre es la mejor e ignora el carácter relacional de la tecnología, y c) al tiempo necesario para una transformación significativa de las fuerzas productivas y de la manera de distribución del excedente.

En la segunda parte de la investigación, comenzamos por el cuestionamiento que evalúa si las FRs afectan y/o son funcionales al sistema capitalista. Para ello, realizamos entrevistas, analizamos el discurso de los obreros y presidentes de estos movimientos sociales y revisamos la bibliografía sobre el tema. ¿En qué grado este fenómeno significa la ruptura y/o el mantenimiento del capital en tanto relación social? Verificamos que hay posibilidades de cambios en las relaciones internas de las fábricas, lo que implicaría, en este sentido, rupturas en la relación capital-trabajo, aun sin una revolución política. Al mismo tiempo y contradictoriamente, verificamos que la mayoría de las FRs no se compromete con una propuesta social socialista, significando mucho más una experiencia de *contención social*. Aun cuando comprometidas, observamos que la producción para la satisfacción de las necesidades humanas (y no la producción para la venta) está fuera de la gobernabilidad de las FRs. Eso nos indica que son pocas las oportunidades de verificar un potencial revolucionario "fuera de las paredes" de las empresas ante la falta de una revolución social (la expropiación de los expropiadores como un requisito previo o paso inicial para la socialización de los medios de producción) que cuestione la propiedad privada del *núcleo* del sistema capitalista y la necesidad de extinción de la producción de mercancías. Ante dicha falta, como unidades aisladas, la tendencia de las FRs será la de reproducir los mecanismos indispensables de acumulación del capital.

Palabras-clave: Autogestión, fuerzas productivas, Economía Social y Solidaria, Movimientos de Fábricas Recuperadas, Argentina Brasil y Uruguay

Introdução

O verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a completa erradicação do capital como modo de controle totalizante do próprio sociometabolismo reprodutivo, e não simplesmente o deslocamento dos capitalistas da condição historicamente específica de “personificações do capital” (MÉSZÁROS, 2002)

Para muitas correntes do marxismo, o capitalismo é *brilhante* no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas, cabendo-nos condenar somente as relações sociais de produção capitalistas enquanto um sistema de exploração. Para estes, as máquinas são inocentes, o processo de trabalho e as forças produtivas em geral podem ser aproveitadas sem significativas modificações numa sociedade que busca a emancipação.

Uma interpretação muito próxima a esta pode ser vista na Segunda e Terceira Internacionais. Para os intelectuais destas, da contradição entre as relações sociais de produção e as forças produtivas, chegaria um momento em que as forças produtivas libertar-se-iam do casulo das relações sociais capitalistas, nas quais se encontram presas, e seriam postas a serviço das necessidades sociais, constituindo o suporte de uma nova sociedade livre dos flagelos das crises periódicas, do desperdício e miséria, possibilitando o livre desenvolvimento da humanidade (BETTELHEIM, 1979, BRYAN, 1985).

Ao contrário disso, a Teoria crítica das forças produtivas afirma que uma transição ao socialismo demandaria uma radical reestruturação das forças produtivas e não apenas do seu emprego para outros fins.

Trazendo este debate para os fatos históricos, o objetivo da primeira parte desta pesquisa foi investigar em que medida a posse ou o arrendamento dos meios de produção pelos trabalhadores de Fábricas Recuperadas (FRs) levou a processos de Adequação Sócio-Técnica (AST) nos planos *software*, *orgware* e *hardware*. Verificamos que embora as visões instrumental e determinista das forças produtivas já não possam ser consideradas consensuais (DAGNINO;NOVAES, 2005b), havia uma lacuna na materialização da visão alternativa no nível das unidades produtivas, no sentido de simular de que forma a expropriação dos expropriadores interfere na conformação das forças produtivas.

Em linhas gerais, o conceito de AST pode ser entendido com o concurso do instrumental de análise proporcionado pelo construtivismo. Segundo esse enfoque, Construção Sócio-Técnica é o processo mediante o qual artefatos tecnológicos vão tendo suas características definidas através de uma negociação entre “grupos sociais relevantes”, com preferências e interesses diferentes, no qual critérios de natureza distinta, inclusive técnicos, vão sendo empregados até chegar a uma situação de “estabilização” e “fechamento” (BIJKER, 1995). Nesse sentido, a AST pode ser entendida como um processo inverso ao da construção, em que um artefato tecnológico sofreria um processo de adequação aos interesses políticos de grupos sociais relevantes distintos daqueles que o originaram. Definido como um processo, e não como um resultado (uma tecnologia desincorporada ou incorporada em algum artefato) a ser obtido tal como concebia o movimento de Tecnologia Apropriada, a AST

substitui a idealização típica do laboratório pela prática concreta do movimento social. O conceito de AST permite abarcar uma multiplicidade de situações: o que denominaremos modalidades. Consideramos como processos de AST a) mudanças software - questões relacionadas à repartição do excedente (retiradas) e mudanças culturais; b) orgware - organização do processo de trabalho, participação dos trabalhadores nos conselhos e decisões internas/estratégicas da fábrica, etc; c) a adequação da tecnologia hardware herdada (máquinas e equipamentos).

Na Argentina, as empresas recuperadas abrangem campos que não encontramos no Brasil: Clínicas de exame, Hospitais, Supermercados, Escolas e somam um total aproximado de 180 fábricas e 12000 trabalhadores. No Uruguai, as FRs devem girar em torno de 20¹. Na Argentina, é preciso ressaltar que muitas dessas fábricas operam hoje com 1/5 dos trabalhadores nos tempos gloriosos. Metade das 87 empresas investigadas por Fajn et al. (2003) tem menos de 30 empregados e 25% mais de 70.

No Brasil, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES - Ministério do Trabalho e Emprego) já iniciou o mapeamento da quantidade de FRs e os setores que elas pertencem. Até a presente data, não conseguimos obter uma informação precisa quanto ao número de FRs sobreviventes no Brasil, mas seguramente é maior que na Argentina. Cabe esclarecer também que, assim como na Argentina e Uruguai, no Brasil a grande maioria das FRs está no setor metalúrgico e no setor têxtil².

Acreditamos que estas FRs surgiram num contexto de crise estrutural do capital. Aquilo que aparece nos jornais argentinos, brasileiros e uruguaios como sendo uma crise violenta, porém conjuntural, é vista por Mészáros (2002) como uma “crise estrutural do capital”³, que abrange a periferia e o centro do capitalismo. É neste contexto de crise estrutural que surgem na Argentina os piqueteiros, as assembléias de bairro, os *ahorristas damnificados*, os clubes de troca e nos três países as FRs e as cooperativas populares⁴.

No entanto, faz necessária uma advertência. Mesmo sabendo que o objetivo primordial das FRs seja a defesa dos postos de trabalho, elas não são uma resposta automática às condições macroeconômicas dos anos 1990, mas também o resultado de um novo contexto, de um novo clima político social e de uma *crise estrutural do capital*. Na Argentina, as FRs surgem como “cooperativas de necessidade”⁵, empresas de porte mediano e pequeno que surgem de um processo de encolhimento e esvaziamento no fim dos anos 1990 e início do século, que se acentuou com a crise de 2001 (FAJN et al., 2003, p. 65). Mais precisamente, trata-se de um *novo* fenômeno social ou num novo método desenvolvido pelas classes trabalhadoras argentina, brasileira,

¹ Para saber sobre o cooperativismo no Uruguai antes do fenômeno das FRs, ver Bertullo et al. (2003).

² Sobre a história do surgimento das FRs no Brasil e o debate em torno da autogestão, ver Faria (2005). Na Argentina e Uruguai, ver, dentre outros, Fajn et al. (2003) e Novaes (2005a).

³ Isso não significa dizer que o capital se autodestrua.

⁴ Sobre a crise de 2001, ver Lima Filho (2002) e Fajn et al. (2003). Sobre as consequências da crise na periferia no capitalismo nos últimos 25 anos e o seu impacto no mercado de trabalho argentino, ver Coraggio (2005).

⁵ As palavras são do professor Gabriel Fajn.

uruguaia etc⁶ que é o resultado de uma mistura de *clima social* e uma saída para trabalhadores que não encontravam mais na luta sindical tradicional uma saída para sua reprodução social (MURÚA;ABELLI, 2004).

Frente a isso, muitos trabalhadores destes países *optaram* por ocupar fábricas, reivindicar a expropriação definitiva dos meios de produção, repartição igualitária do excedente e instalação de mecanismos de decisão parlamentarista no seio da unidade produtiva.

Não podemos esquecer que o ato de recuperar a fábrica significa para o trabalhador recuperar algo no qual ele se sente participante, que ajudou a construir, que faz parte da sua história de vida. Não é preciso dizer que muitos trabalhadores viveram um grande período de *escravização* promovido pelo antigo dono durante o processo anterior à falência. Verificou-se através do relato de trabalhadores que eles apenas recebiam o dinheiro para o passe de ônibus durante meses, sem qualquer perspectiva de ver seu salário de volta.

Um problema que apareceu à academia como essencialmente *defensivo*, sendo o resultado de uma crise avassaladora do desemprego, desvela uma realidade e nos leva a pensar nas FRs como sendo um fato histórico que enseja um olhar muito mais amplo do que uma simples questão de emprego, mas também no tema da alienação do trabalho (BIALAKOWSKY, 2004; NOVAES, 2005a).

Por outro lado, na segunda parte da pesquisa, procuramos observar as potencialidades revolucionárias, limites e possibilidades históricas dos Movimentos de Fábricas Recuperadas (MFRs).

De acordo com Burawoy (1990), a possibilidade da classe operária, ao invés de coveira do capitalismo, se transformar no seu salvador, há muito tempo vem sendo debatida pelos marxistas (BURAWOY, 1990).

Diante deste questionamento, analisamos os dilemas dos Movimentos de Fábricas Recuperadas diante de um contexto histórico social onde não há a generalização da *expropriação dos expropriadores*. A primeira pergunta que devemos fazer é o que se entende por potencial transformador destes movimentos sociais: simplesmente manter postos de trabalho ou almejar objetivos maiores?

Para tanto, apresentaremos, na primeira seção da segunda parte a visão de Luis Gaiger, um representante da Economia Social e Solidária (ESS) que se dedica ao tema da transição socialista. Apresentamos também a visão de Michael Burawoy, Aníbal Quijano e especialmente István Mészáros que, recorrendo às experiências históricas e à teoria marxista, nos ajudam a compreender os dilemas de uma radical transformação socialista.

⁶ Na Venezuela, Hugo Chávez expropriou em janeiro de 2005 a antiga fábrica de papel e celulose Venepal. Da falência desta empresa, da pressão dos trabalhadores e da decisão do Estado de recuperá-la sob co-gestão por motivos de *interesse público*, surgiu a Invepal. Trata-se de uma empresa que se tornou estatal, onde seus trabalhadores que agora integram a Cooperativa de Industria y Papel (Covinpa), administrarão as ações, junto com os Ministérios do Trabalho, Economia Popular e Finanças (51% do capital provém do Estado e 41% da cooperativa dos trabalhadores). Recentemente o governo deste país anunciou a intenção de expropriar mais 1000 fábricas que estão improdutivas ou trabalhando muito abaixo de sua capacidade.

A segunda pergunta refere-se à análise das políticas e da ideologia dos movimentos de FRs do Brasil, Argentina e Uruguai. Eles tentam ser revolucionários mas o contexto lhes impede ou somente desejam manter os postos de trabalho e gerir as fábricas *democraticamente?*(NOVAES, 2004d). Encerramos o artigo com algumas conclusões da pesquisa.

As forças produtivas capitalistas: em busca do seu uso ou radical reestruturação numa sociedade socialista?

O capítulo 1 da pesquisa abordou a visão do senso comum sobre a tecnologia segundo David Noble (1984; 2001). Em seguida, sistematizou as obras de Moraes Neto e de Ignacy Sachs. Verificou-se que a crença do senso comum enxerga um futuro automático conduzido e dirigido pelo avanço tecnológico autônomo - o progresso tecnológico - que nos leva inevitavelmente ao melhor dos mundos possíveis – através do progresso social (NOBLE, 2001). Para Sachs e Moraes Neto, é possível utilizar as forças produtivas numa sociedade alternativa.

Em seguida, no Capítulo 2, revisitamos os estudos realizados por autores em grande parte marxistas que buscam mostrar o Fetiche da Tecnologia, o conflito em torno da técnica e seu indeterminismo (NOBLE, 1989; FEENBERG, 2002), as características trans-históricas da tecnologia (MÉSZÁROS, 2002) e a impossibilidade de proclamação da autogestão mesmo com a tomada do poder ou da posse dos meios de produção pelo proletariado (BETTELHEIM, 1979; MÉSZÁROS, 2002; DAGNINO, 2002b).

Resumidamente, pode-se dizer que estes autores destacam os entraves que as forças produtivas capitalistas irão engendrar caso se pretenda construir uma sociedade socialista⁷.

O Fetiche da Tecnologia, assimetria de poder, qualificação e forças destrutivas

A partir da idéia de Fetiche da Tecnologia, argumentou-se que artefatos tecnológicos que nos parecem no dia-a-dia neutros, intrinsecamente bons, produzidos tão somente para resolver problemas práticos, contêm relações sociais historicamente determinadas. Da mesma forma que a mercadoria encobre uma relação de classes de uma época histórica determinada, a tecnologia é entendida como um meio para se atingir fins, como *ciência aplicada* em equipamentos para aumentar a eficácia na produção de bens e serviços.

⁷ A questão tecnológica não vem sendo suficientemente tratada pela ESS “para além da necessidade de uma nova divisão do trabalho”. Por não dar a devida atenção ao tema da tecnologia, os teóricos da ESS vislumbram, na melhor das hipóteses, uma melhor utilização da tecnologia convencional (NOVAES; DAGNINO, 2004). Se a tecnologia pode ser considerada metaforicamente como um veículo ou um obstáculo (NOBLE, 1984) para a construção do socialismo, pode-se afirmar que os teóricos da ESS consideram-na um veículo.

Andrew Feenberg, autor de filiação marxista, utiliza o conceito de Fetiche da Tecnologia para nos mostrar que a tecnologia que nos é apresentada como politicamente neutra, eterna, a-histórica, sujeita a valores estritamente técnicos e, portanto, não permeada pela luta de classes, é uma construção histórico-social. E, assim como a mercadoria, tende a obscurecer as relações de classe diluindo-as no conteúdo aparentemente não específico da técnica.

Feenberg (2002) argumenta também que a apropriação e o redesenho da C&T por novos atores são condições necessárias (mas não suficientes) para a geração de trajetórias de inovação coerentes com esses estilos alternativos.

Ao invés de atribuir à técnica atual uma eficiência incontestável, Feenberg propõe um radical redesenho tecnológico que incorpore e harmonize na configuração tecnológica outras variáveis tais como participação democrática no processo de trabalho, variáveis ambientais, critérios de saúde no trabalho, do impacto da técnica na saúde dos consumidores e desenvolvimento das potencialidades intelectuais dos trabalhadores. Segundo Feenberg (2002), necessitamos não só da ampliação e da radicalização da democracia nas instituições de mediação política, mas também a extensão da democracia até a esfera do trabalho e da educação. Uma compreensão mais ampla da tecnologia sugere uma noção de racionalização muito diferente, fundada na responsabilidade da técnica nos contextos humanos e naturais.

Para ele, esta é uma maneira de interpretar as demandas contemporâneas por tecnologias ambientalmente sustentáveis, aplicações da tecnologia médica que respeitem a liberdade e dignidade humana, métodos de produção que protejam a saúde dos trabalhadores e ofereçam perspectivas de desenvolvimento das suas capacidades e habilidades (*workers skills*) (FEENBERG, 2002).

É necessário ressaltar que não cabe frear o desenvolvimento científico e tecnológico, voltar pra Idade Média ou “retornar à simplicidade”, tal como sugere Borgmann (1984 apud FEENBERG, 2002). A crítica de Feenberg propõe uma radical transformação na tecnologia que potencialize suas possibilidades democráticas.

Vimos também no Capítulo 2 que Feenberg e Noble advogam o “indeterminismo” da tecnologia. Feenberg usa esse conceito para apontar a flexibilidade e capacidade de adaptação às demandas sociais diferentes que possuem os sistemas técnicos. Esse conceito abre uma perspectiva especialmente importante para os trabalhadores, pois permite explicar porque o desenvolvimento tecnológico não é unilinear e, ao contrário, pode se ramificar em muitas direções e prosseguir ao longo de mais de uma via.

A importância política da posição de Feenberg é clara: se existem sempre muitas potencialidades técnicas que se vão manter inexploradas, não são os imperativos tecnológicos os que estabelecem a hierarquia social existente. As tecnologias efetivamente empregadas seriam então selecionadas, dentre as muitas configurações possíveis, segundo um processo pautado pelo “código sócio-técnico” estabelecido pela correlação de forças sociais e políticas que delimitam o espaço de sua consolidação.

Noble (2000), para diferenciar-se daqueles que acreditam ser a tecnologia conformada independente da luta de classes (num processo a-histórico) verifica que existe um *campo de batalha*, porém trata-se de um campo de

batalha desigual entre capital e trabalho (assimetria de poder), o que dificulta sensivelmente a mudança dos rumos da tecnologia pelos trabalhadores.

Mészáros, outro autor por nós estudado, discorda de Lukács a respeito da “livre intercambialidade das fábricas construídas para propósitos capitalistas e socialistas, cuja produção funcione sem problemas numa base materialmente ‘neutra’” e afirma que este pensador húngaro trata de forma “fetichista” os conceitos de tecnologia e “instrumentalidade pura” (MÉSZÁROS, 2002, p.864). Lembremos que para Lukács (1991), “uma fábrica construída para propósitos capitalistas tranquilamente pode produzir sem mudanças significativas sob o socialismo, e vice-versa” .

A análise de Mészáros parece bastante proveitosa para uma crítica a maior parte das interpretações sobre C&T do marxismo do século XX. Isso porque o problema da divisão do trabalho, da alienação, do *avanço*⁸ das forças produtivas foi esquecido ou abordado incorretamente, colocando-se em pauta somente a tomada do poder, a propriedade estatal dos meios de produção e a apropriação das forças produtivas engendradas no capitalismo e sua *melhor* utilização pelo proletariado para a construção do socialismo.

Chesnais e Serfati (2003, p.46) parecem concordar com o diagnóstico de Bettelheim e Mészáros, apesar de não citarem estes autores. Para eles, há um atraso da análise marxista neste campo de estudos e ela decorre da leitura unilateralmente “produtivista” dos escritos de Marx e Engels.

Chesnais e Serfati sinalizam que Marx já advertia em a Ideologia Alemã, que chega-se a um estágio em que, no quadro das relações existentes, nascem forças produtivas e meios de circulação que só podem tornar-se nefastos. Elas não são mais forças produtivas, mas forças destrutivas. Para Hobsbawm (1996, p.562), “O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia tecno-científica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana”.

Segundo Chesnais e Serfati (2003), a ciência, a tecnologia e as formas de cultivar e de fabricar, ou dito de outra forma, as formas de relações com a natureza seriam para o socialismo ao mesmo tempo uma herança e um “trampolim”. Elas se constituiriam primeiro uma herança que o socialismo poderia aceitar após inventário, mas um inventário bastante sumário. Em seguida, seria um trampolim a partir do qual a humanidade poderia avançar sem ter que realizar mais que inflexões de rota e sem ter de gerenciar imensos estragos ao tentar reverter, pelo menos parcialmente, suas conseqüências (CHESNAIS;SERFATI, 2003, p.46).

A tecnologia e a ciência foram moldadas pelos objetivos da dominação social e do lucro, sendo estes os mecanismos que nos dão a *seleção* da ciência e da técnica (CHESNAIS;SERFATI, 2003, p.59). Por detrás da “autonomia de pesquisa que o capital financeiro não tolera nem mais como um mito”, sempre houve possantes mecanismos objetivos: o financiamento, os modos de recompensa do sucesso, e subjetivos: a interiorização dos valores da sociedade burguesa que a orientava segundo os impulsos da acumulação e da

⁸ Para Mészáros (2002, p.527) um conceito que requer uma reavaliação fundamental é o de “avanço produtivo” do capital.

hierarquia dos objetivos do capitalismo (CHESNAIS;SERFATI, 2003, p. 60-1). Poderíamos afirmar que a visão hegemônica não percebe as relações sociais contidas na tecnologia e nas demais forças produtivas, fazendo com que prevaleça a idéia de *autonomia* de pesquisa e *neutralidade*.

Sendo assim, para se atingir a sociedade emancipada onde se teria a possibilidade de auspiciar o pleno desenvolvimento humano, deveremos oferecer uma crítica à interpretação tradicional das forças produtivas (inclusive das ciências duras) pelo marxismo. Como vimos, para muitos intelectuais, o alcance da sociedade socialista demandaria pouco mais do que uma mudança formal da propriedade dos meios de produção.

Poderia então ser feita a seguinte pergunta, de que forma as forças produtivas poderiam ser “re-apropriadas” (FEENBERG, 2002) rumo à sua democratização?

A articulação de novos interesses e a entrada em cena dos trabalhadores e dos novos movimentos sociais supõe a retirada progressiva da concentração do poder industrial da mão de peritos e especialistas.

A melhor maneira de propiciar um “uso contra-hegemônico do conhecimento e da tecnologia” é conceber a sociedade e o campo da decisão tecnológica através das metáforas do “jogo” (FEENBERG, 2002), do campo de batalha (NOBLE, 2000). Através destas abordagens, os grupos dominados poderão “jogar” tendo em vista a redefinição e modificação das formas e dos propósitos dos artefatos tecnológicos (FEENBERG, 2002). Esta autonomia de reação é chamada por Feenberg pelo nome de “margem de manobra”.

Vale destacar que o conceito de ambivalência difere substancialmente do conceito de neutralidade tecnológica devido ao papel que ela atribui para os valores sociais no desenho e não simplesmente no uso dos sistemas técnicos (FEENBERG, 2002, p.15). Feenberg reconhece as conseqüências catastróficas do desenvolvimento tecnológico ressaltadas pelo substantivismo (Escola de Frankfurt). Reconhece também que a tecnologia incorpora valores, mas ainda assim, rejeitando o pessimismo paralisante dessa visão, vê na tecnologia uma promessa de liberdade, pois a história é essencialmente aberta.

Desta forma, por ser a tecnologia uma construção social, sendo resultado de um processo onde intervêm múltiplos atores com distintos interesses, a trajetória de inovação científica e tecnológica poderia ser redirecionada, dependendo da capacidade dos atores interessados na mudança social em interferir tanto na divisão do trabalho no chão de fábrica quanto no processo decisório da Política Científica e Tecnológica.

No que se refere ao conhecimento necessário aos trabalhadores para se emancipar e a necessidade de se ir além do mecanismo parlamentar, Braverman escreve:

As demandas de participação e controle pelos trabalhadores escapam de muito à visão marxista. O conceito de uma democracia na oficina baseada simplesmente na imposição de uma estrutura formal de parlamentarismo – eleição de diretores, votação sobre decisões referentes à produção de acordo com a organização existente é decepcionante. Sem o retorno do requisito de conhecimento técnico pela massa dos trabalhadores e reformulação da organização do trabalho – sem, em uma palavra – um novo e

verdadeiramente coletivo modo de produção – a votação nas fábricas e escritórios não altera o fato de que trabalhadores continuam dependendo tanto quanto antes dos “peritos” e só podem escolher entre eles ou votar nas alternativas apresentadas por eles (BRAVERMAN, 1987, p.237 – nota de rodapé).

No entanto, verificamos que por mais que tenha avançado o debate teórico em torno da crítica às forças produtivas capitalistas – tal como o ensejado nas linhas acima - cabia um esforço no sentido de conferir substrato às observações de mudanças, permanências e retrocessos no nível das unidades produtivas. Foi com esse propósito que se desenvolveu o conceito de Adequação Sócio-Técnica (AST) apresentado no Capítulo 3. Um dos objetivos do conceito é operacionalizar a crítica das forças produtivas por parte dos interessados em observar os processos reais que ocorrem nos empreendimentos autogestionários. A intenção do Capítulo foi apresentar o conceito de AST e as filiações e os antecedentes teórico-metodológicos que orientaram sua formulação.

A AST pode ser também concebida por semelhança ao processo ao processo de tropicalização, de adaptação da tecnologia proveniente dos países centrais às nossas condições técnico-econômicas (preço relativo dos fatores capital e trabalho; disponibilidade de matérias-primas, peças de reposição e mão-de-obra qualificada; condições edafo-climáticas, etc) (KATZ; CIBOTTI, 1976).

Por esta via, a AST pode ser entendida como um processo que busca promover uma adequação do conhecimento científico e tecnológico (esteja ele já incorporado em equipamentos, insumos e formas de organização da produção, ou ainda sob a forma intangível e mesmo tácita), não apenas aos requisitos e finalidades de caráter técnico-econômico, como até agora tem sido o usual, mas ao conjunto de aspectos de natureza sócio-econômica e ambiental que constituem a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). No contexto da preocupação com os empreendimentos autogestionários, o processo de AST teria então por objetivo adequar a tecnologia convencional (e, inclusive, conceber alternativas) aplicando critérios suplementares aos técnico-econômicos usuais a processos de produção e circulação de bens e serviços em circuitos não formais, situados em áreas rurais e urbanas visando a otimizar suas implicações.

As modalidades de Adequação Sócio-Técnica

Buscando operacionalizar o conceito de AST, julgou-se conveniente definir modalidades de AST. O número escolhido (sete) não é arbitrário e poderia ser maior:

1) **Uso:** O simples uso da tecnologia (máquinas, equipamentos, formas de organização do processo de trabalho, etc) antes empregada (no caso de cooperativas que sucederam a empresas falidas), ou a adoção de tecnologia convencional, com a condição de que se altere a forma como se reparte o excedente gerado, é percebida como suficiente.

2) **Apropriação**: entendida como um processo que tem como condição a propriedade coletiva dos meios de produção (máquinas, equipamentos) ela implica em uma ampliação do conhecimento, por parte do trabalhador, dos aspectos produtivos (fases de produção, cadeia produtiva, etc), gerenciais e de concepção dos produtos e processos, sem que exista qualquer modificação no uso concreto que deles se faz.

3) **Ajuste do processo de trabalho**: implica a adaptação da organização do processo trabalho à forma de propriedade coletiva dos meios de produção (pré-existentes ou convencionais), o questionamento da divisão técnica do trabalho e a adoção progressiva do controle operário (autogestão).

4) **Alternativas tecnológicas**: implica a percepção de que as modalidades anteriores, inclusive a do Ajuste do processo de trabalho, não são suficientes para dar conta das demandas por AST dos empreendimentos autogestionários, sendo necessário o emprego de tecnologias alternativas à convencional. A atividade decorrente desta modalidade é a busca e seleção de tecnologias existentes.

5) **Incorporação de conhecimento científico-tecnológico existente**: resulta do esgotamento do processo sistemático de busca de tecnologias alternativas e na percepção de que é necessária a incorporação à produção de conhecimento científico-tecnológico existente (intangível, não embutido nos meios de produção), ou o desenvolvimento, a partir dele, de novos processos produtivos ou meios de produção, para satisfazer as demandas por AST. Atividades associadas a esta modalidade são processos de inovação de tipo incremental, isolados ou em conjunto com centros de P&D ou universidades.

6) **Revitalização ou Repotenciamento das máquinas e equipamentos**: significa não só o aumento da vida útil das máquinas e equipamentos, mas também ajustes, recondicionamento e a revitalização do maquinário. Supõe ainda a fertilização das tecnologias 'antigas' com componentes novos.

7) **Incorporação de conhecimento científico-tecnológico novo**: resulta do esgotamento do processo de inovação incremental em função da inexistência de conhecimento suscetível de ser incorporado a processos ou meios de produção para atender às demandas por AST. Atividades associadas a esta modalidade são processos de inovação de tipo radical que tendem a demandar o concurso de centros de P&D ou universidades e que implicam na exploração da fronteira do conhecimento.

As Fábricas Recuperadas pesquisadas

O capítulo 4 apresentou os resultados da pesquisa realizada em 2 FRs brasileiras, 3 FRs argentinas e 3 uruguaias. Dentre as adequações *software* promovidas na Argentina e no Uruguai, devemos destacar desde a permissão para se tomar mate no chão-de-fábrica, espaços de recreação, criação de cursos de pintura, escultura, aulas de 2º grau dentro das fábricas, outros eventos culturais como a ida de uma pianista famosa que emocionou muitos trabalhadores, e até mesmo a criação de creches dentro das fábricas. Um outro exemplo deve ser mencionado: numa fábrica argentina visitada por nós (Los

Constituyentes), alguns trabalhadores foram contratados para fazer um serviço improdutivo (pouco necessário ao bom andamento da fábrica) porque seus amigos ficaram com dó ao vê-los trabalhando como catadores de papelão na rua.

Se para a Economia Política existe apenas a categoria trabalho e não a de trabalhador, nas FRs o objetivo é facilitar ao máximo a vida dos trabalhadores dentro e fora do seu ambiente de trabalho.

Nas fábricas brasileiras a *qualificação* segue como requisito essencial para a remuneração do trabalho e quase não existe repartição igualitária das retiradas⁹. Uma das maiores inovações nas FRs da Argentina e do Uruguai é a repartição igualitária das retiradas. Aqui, cabe observar, por exemplo, que a Fábrica Los Constituyentes vislumbra a manutenção da repartição igualitária das retiradas enquanto que a Fábrica Uruguiaia Coopdi (produção de ternos) postula claramente um retorno às antigas faixas salariais quando a empresa voltar a crescer. Uma outra fábrica - relatou um colega - possui atualmente faixas de retiradas mas vislumbra construir uma repartição igualitária (NOVAES, 2005c)¹⁰.

Nesse sentido, caberá avaliar ao longo do tempo se a proposta de igualação de retiradas se mantém ao longo da vida das FRs, ou é algo momentâneo, fruto de uma crise no mercado de trabalho.

Numa das fábricas brasileiras, houve uma espécie de corrida por retiradas impulsionada pelo chão-de-fábrica. Como eles eram a maioria em todas as assembléias, era muito difícil perder. Neste caso, o Presidente da Cooperativa percebeu que estava inserido num mercado capitalista, o que lhe impossibilitava aumentar a todo momento as retiradas dos grupos menos favorecidos, se não a fábrica entraria em falência novamente. Ao mesmo tempo, os cooperados com maior remuneração começaram a pressionar para que continuasse havendo diferenças de retiradas. Além de servir como mecanismo de impulso à subida das retiradas, verificou-se que os temas que entram nas assembléias raramente destoam da questão regulatória da atividade de trabalho (pagamentos de adicionais para o trabalho noturno, recursos de trabalhadores que acreditam que foram demitidos injustamente etc). Nota-se claramente que a assembléia é mais um mecanismo de informação e consulta do que um mecanismo decisório de baixo pra cima (*bottom up*), no qual a administração cumpriria apenas a função de suporte dos anseios dos trabalhadores.

Tudo leva a crer que o poder e as decisões centrais emanaram da presidência, cabendo ao presidente apenas consultar a maioria dos trabalhadores. Nas assembléias, quando a administração não consegue atingir os objetivos desejados através da maioria (“50% mais um e pronto, acabou”), ela usa o seu poder não explicitado através de artifícios tais como “se precisar eu desço aí e falo com ele” (fato ocorrido durante nossa entrevista, no qual o presidente não queria que se parasse uma máquina para conserto naquele dia).

⁹ Numa das Fábricas brasileiras, verificamos que 33% da mão-de-obra era contratada (ou seja, não incorporada ao quadro de cooperados). Será que as cooperativas de trabalhadores, além de serem exploradas pelos empreendimentos heterogestionários (NOVAES, 2004a), estão explorando outros trabalhadores ao não incorporá-los como sócios?

¹⁰ Em 70% das FRs argentinas, os trabalhadores ganham igual.

O presidente não vê nenhuma possibilidade e necessidade de mudança na organização do processo de trabalho. A divisão do trabalho, neste caso, passou a ser algo *natural*, impossível de ser mudado, tanto em cooperativas quanto em empresas convencionais.

Nos casos onde foi possível acumular funções, houve mudanças, mas para pior. Antes, eles tinham líderes *mesmo*. Agora os trabalhadores de alguns setores que permitem o acúmulo das funções de maquinista e líder, por serem cooperados, podem acumular funções e não ficar apenas supervisionando “mesmo” tal como era na antiga empresa. Uma outra possibilidade, neste caso positiva para alguns cooperados, seria aquela decorrente da transformação em líder de um trabalhador que era apenas maquinista. Neste caso, além do aumento do conhecimento do processo daquele setor pelo cooperado (Modalidade 2 de AST), poderá estar sendo feito um ajuste no processo de trabalho (Modalidade 3 de AST). Verificamos que em alguns setores das fábricas os trabalhadores dependem de um grupo separado de trabalhadores que realizam o Controle de Qualidade. Neste sentido, mesmo que se vislumbre que cada trabalhador faça o controle, tudo leva a crer que não será possível, uma vez que somente uma parcela dos trabalhadores detém este conhecimento.

Ainda existem conflitos entre gerência, coordenadores, líderes e chão-de-fábrica, não somente em questões relacionadas às retiradas. Por mais que estes permaneçam velados, em grande medida devido aos aumentos constantes do faturamento da cooperativa, não se pode dizer que a partir da criação da cooperativa há uma harmonia fabril na qual todos trabalham juntos, conscientes de seus direitos e deveres.

Tudo leva a crer que a administração, coordenadores, os conselhos e os líderes, por já terem feito parte da antiga administração e ter participado do poder, farão de tudo para manter sua posição na hierarquia, mesmo se tratando de uma cooperativa. Os cooperados do chão-de-fábrica, se conscientes das possibilidades privilegiadas de intervenção no espaço de trabalho, poderão criar um contra-poder para que impere a democracia plena no chão-de-fábrica, destituindo as antigas relações de poder. No entanto, constamos em outro artigo [NOVAES, ASSIS, DAGNINO (2004)], que os trabalhadores da Wallig não perceberam as possibilidades privilegiadas de intervenção no espaço de trabalho (HOLZMANN, 2000). Vimos também que para os trabalhadores que estão no comando da Uniforja, a participação dos sócios-trabalhadores na organização da produção e do trabalho deve ser dirigida para o alcance da melhoria no desempenho das cooperativas, mas as questões como segurança no trabalho, ritmo e intensidade do trabalho, qualificação profissional, entre outras que dizem respeito às condições de trabalho não foram abordadas pelos entrevistados. Por outro lado, os sócios-trabalhadores, apesar das possibilidades “irrestritas” de intervenção no processo de trabalho, não sugeriram temas que influenciariam o cotidiano das cooperativas, em termos de organização da produção e do trabalho (ODA, 2001).

Na Cones, uma das FRs brasileira, parece que o mesmo vem ocorrendo uma vez que nem o presidente nem os cooperados do chão-de-fábrica vislumbram um processo de trabalho autogestionário. Resta saber se os trabalhadores, agora que receberam a “pressão” por parte da diretoria para não reivindicar

mais aumentos de retiradas, colocarão na pauta de discussões temas referentes a retiradas e também à mudança das relações entre coordenadores, líderes e trabalhadores.

Nesse sentido, nossas pesquisas nos levaram a concordar com Vieitez e Dal Ri (2001) quando afirmam que está sendo conformada uma elite político-administrativa nas cooperativas.

Uma comparação importante se dá entre a Fábrica argentina Los Constituyentes e a Fábrica uruguaia cogestionária Funsa (produção de pneus e luvas). Se em Los Constituyentes a fábrica funciona muito bem sem os engenheiros, capatazes e supervisores, na fábrica Funsa, os trabalhadores disseram que é impossível tocar a produção sem o corpo de engenheiros, muitas vezes contratados como consultores. Na Fábrica Los Constituyentes, os operários afirmam a todo momento que conseguem e conseguirão levar o projeto autogestionário adiante porque acumularam elevado grau de conhecimento. Dizem que não precisam mais de engenheiros e capatazes, pois a única função destes era controlar o trabalho de planta. Isso nos leva a pensar que Braverman (1987) estava corretos ao dizer que não há cooperativismo sem uma real emancipação dos trabalhadores em relação aos engenheiros. Os trabalhadores destas fábricas relatam que houve um aumento da criatividade, o florescimento da inventividade, a estabilidade no emprego e um trabalho mais “tranquilo”.

Para aqueles que crêem que o capital expropriou totalmente o conhecimento dos trabalhadores, tornando-os totalmente desqualificados, as FRs são uma prova de que estes ainda retêm muito conhecimento. É isso que explica o fato da maioria das fábricas argentinas que trabalham sem quadros hierárquicos estar funcionando.

Supondo, por exemplo, que todas as Fábricas e Universidades estivessem sendo apropriadas pelos trabalhadores dentro de um projeto emancipatório, é bem provável que seria necessário, a partir daí, uma transformação muito mais radical, para além da apropriação dos meios de produção, do que a imaginada atualmente. Isso porque as forças produtivas: os recursos naturais, a ciência e a tecnologia, os meios de produção, o conhecimento dos trabalhadores, as escolas e universidades dificilmente podem ser aproveitados pelos trabalhadores sem uma grande modificação (DAGNINO, 2002a; FEENBERG, 2002; MÉSZÁROS, 2002; NOBLE, 1984).

Sobrevivência ou luta anti-capital? Potencialidades e limites históricos dos Movimentos de Fábricas Recuperadas latino-americanas

Luis Gaiger: a Economia Solidária diante do modo de produção capitalista

Começamos nossa análise nos pautando na obra de Luis Gaiger (2002). Ele contribui com algumas reflexões sobre a transição socialista e tece considerações sobre os dilemas da ESS *diante do modo de produção capitalista*, servindo para nós como uma baliza para analisar os

constrangimentos históricos e as possibilidades dos Movimentos de Fábricas Recuperadas (MFRs).

Para este pesquisador, há na ESS algumas peculiaridades que as diferenciam dos empreendimentos capitalistas convencionais. Segundo Gaiger (2002), as relações sociais de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas em relação ao modo de produção capitalista, mas contrárias à forma social de produção assalariada. Nesta, o capital emprega o trabalho, naqueles, os trabalhadores empregam o capital. Para Gaiger, a ESS não reproduz em seu interior as relações capitalistas, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista. Para ilustrar e desenvolver sua argumentação, este pesquisador cita o exemplo dos assentamentos rurais: “a socialização da terra e do trabalho, quando em graus avançados, rompe com a lógica e a tradição da pequena produção familiar e introduz vínculos de outra natureza” (GAIGER, 2002, p.9).

Há, portanto, uma modificação da forma social de produção, porém, a “base técnica permanece intocada ou superficialmente inalterada. O modo material de produção não difere daquele empregado antes pela economia familiar, sobretudo quando essa já incorporara uma parcela razoável das inovações tecnológicas promovidas pelo capitalismo”; “Da porteira pra fora, dizem eles, o que conta é a lei dos capitalistas” (GAIGER, 2002, p. 9).

Gaiger faz uma comparação com as “empresas autogestionárias presas a cadeias produtivas ou a contratos de terceirização” e conclui que esse “déficit de autonomia atesta o caráter incompleto da emancipação do trabalho solidário diante do predomínio do capital seja na esfera da circulação e distribuição, seja na renovação contínua das forças produtivas” (GAIGER, 2002, p.9).

Para os pequenos produtores rurais integrados a agroindústria e para as empresas falidas, a única saída é adotar a base material moderna oferecida como mercadoria e curvar-se ao capital comercial e financeiro (GAIGER, 2002).

Estes empreendimentos não se reproduzem sob uma base material nova, mas sim sob uma base subsumida. É isso que Gaiger chama de “subsunção formal inversa”, uma forma de reprodução que deixa as formas sociais atípicas em situação de “instabilidade, mas não descredencia de todo a sobrevivem no interior do modo de produção capitalista” (GAIGER, 2002, p.10).

Michael Burawoy: há mudanças sem a conquista do poder central?

Michael Burawoy, faz a sua análise sobre os problemas da transição ao socialismo partindo da seguinte pergunta: de que adianta o controle fabril (dentro da empresa), quando os trabalhadores não têm meios de influenciar o “poder central” ? (BURAWOY, 1990, p. 201).

Para ilustrar sua idéia, ele cita o exemplo da Argélia durante os anos 1961 e 64, país onde a autogestão afetou somente aqueles setores marginais da economia que eram administrados pelos colonos. O controle operário não tocou nas indústrias nacionalizadas, nos campos de petróleo, muito menos nas empresas estatais (NOVAES, 2005b).

O destino da autogestão foi lacrado (sealed) devido à falha dos trabalhadores e camponeses em ampliar seu controle para além dos pequenos negócios e fazendas herdadas dos colonos. Em alguns setores, os comitês de gestão controlaram prosperamente as relações na produção, mas isso perdeu significado devido à falta de habilidade para controlar as relações de produção entre as empresas e entre as empresas e os consumidores bem como a distribuição da mais valia entre as empresas e o Estado (BURAWOY, 1990).

Ele conclui observando que a autogestão perde seu significado se as decisões essenciais são feitas fora da fábrica (BURAWOY, 1990, p. 201). É por isso que ele defende o planejamento socialista da produção. Para ele, a construção da autogestão necessita de uma “coordenação a partir de baixo das empresas” ou, em outras palavras, a “apropriação do controle da produção” de todas as fábricas pelos trabalhadores (NOVAES, 2005b).

Interpretando Burawoy, se os trabalhadores administrarem as fábricas através de decisão democrática, tal como enfatiza a ESS, apesar de haver a possibilidade de auto-administração dos assuntos cotidianos, o Estado ou algum órgão administrativo alheio aos trabalhadores ainda continuará estipulando as condições nas quais as fábricas se tornam autoreguladas: o que será produzido, com quais materiais, de qual fonte. No entanto, se o Estado, os órgãos administrativos ou a “agência de planejamento central” estiverem sujeitos à influência “de baixo”, através dos mecanismos de participação dos conselhos fabris (BURAWOY, 1990a, p.13), é bem provável que os trabalhadores conseguirão atingir graus crescentes de controle social, combinando de certo modo democracia com centralização, evitando a burocracia por um lado, e anarquia da produção, por outro.

Aníbal Quijano: sistemas alternativos de produção?

De acordo com Aníbal Quijano (2002), muitas correntes políticas do século XX, dentre as quais a social-democrata, lutou apenas por reformas no capitalismo, seja para aliviar a exploração dos trabalhadores, seja também para *moderar* a relação capital-trabalho. É neste contexto de reformismo do capitalismo que o movimento cooperativista se insere (QUIJANO, 2002).

Ao analisar a proposta dos movimentos de ESS da América Latina, Quijano (2002) chega à conclusão de que o que está em voga é a sobrevivência das classes oprimidas, mas não necessariamente a construção de sistemas alternativos de produção.

Para Quijano (2002), as regras que regem as cooperativas são as do mercado e do salário e o caráter de reciprocidade ou solidariedade operariam externamente às relações de trabalho, a partir da decisão consciente de seus membros. Essa consciência é um processo complexo, pois raramente significa uma situação de materialidade mais satisfatória para seus membros – o que explica o desinteresse por esse tipo de empreendimento em momentos de estabilidade e crescimento econômico. O caráter voluntário da adesão às cooperativas fica comprometido em contextos de crise econômica nos quais as possibilidades de ocupação são reduzidas. Fica a questão se é uma alternativa à exploração capitalista, ou à falta dessa mesma exploração (LIMA, 2003).

Lima destaca ainda que dois elementos presentes na organização das cooperativas se destacam no debate: a externalidade de seus organizadores, ou seja, a presença do Estado, sindicatos, ONGs e mesmo empresas; e sua heterogeneidade no espectro ideológico que vai de grupos empresariais a movimentos socialistas. Todos com a perspectiva, de certa forma contraditória, de inserção no mercado. Se há uma lógica diferente na inserção, conforme a perspectiva ideológica, para Lima ainda é uma questão em aberto (LIMA, 2003).

As cooperativas atenderiam, dependendo de quem as organiza, desde rebaixamento de custos para empresas, passando pela formação de novos empreendedores capitalistas, até a uma complexa democracia no trabalho. Ambas podem, de certa forma, atender a propostas de geração de renda, manutenção e criação de empregos num contexto no qual esses empregos estão se reduzindo. Daí, o diferencial estaria, como o assinalado por Quijano, na disposição dos participantes e sua adesão ideológica aos princípios autogestionários.

Nesse quadro, o crescimento da ESS mostra uma saída possível, uma política de desenvolvimento sustentável paralela às instituições capitalistas regulares e, de certa forma, integrada a ela. A separação entre cooperativas verdadeiras e falsas reproduz, debate secular, assim como de sua utilização pelo capital e sua possível degenerescência (LIMA, 2003).

Lima acredita que o potencial revolucionário advém de uma mudança cultural, porém, a criação de uma cultura associativa é um processo lento – o que indica que as cooperativas, por um bom tempo, refletirão ainda mais a falta de alternativa dos trabalhadores do que efetivamente uma opção pela autonomia e solidariedade. Ainda mais considerando a funcionalidade que a organização de cooperativas, numa conjuntura de flexibilidade e fragilização dos direitos sociais proporciona (LIMA, 2003).

Mesmo os empreendimentos da ESS que apresentam um viés radical de transformação estão muito mais numa *defensiva* (sobrevivência) do que numa *ofensiva* socialista.

István Mészáros: a necessidade de ataques duplos

A visão de Mészáros sobre o que estamos chamando aqui por (des) funcionalidade dos movimentos sociais para o sociometabolismo do capital não pode ser compreendida sem se observar que sua proposta de mudança global tem por objetivo não só o fim do capitalismo, como sugerem os autores da ESS, mas o fim do sistema sóciometabólico do capital. Para Mészáros, o programa de superação prática da alienação capitalista poderia ser concretizado como a substituição dos instrumentos incontroláveis e reificados do capitalismo por instrumentos controláveis de intercâmbio humano. Mas essa

é uma tarefa sócio-histórica que requer um longo prazo de maturação onde se deve considerar a possibilidade de reversões (MÉSZÁROS, 1981)¹¹.

É justamente por isso que ele ataca “os que desprezam a própria idéia de planejamento, em virtude da implosão soviética,(...) pois a sustentabilidade de uma ordem global de reprodução sociometabólica é inconcebível sem um sistema adequado de planejamento, administrado sobre a base de uma democracia substantiva pelos produtores livremente associados” (MÉSZÁROS, 2004, p.45).

Mészáros (2002, p.318) advoga a necessidade de reestruturação global do controle social tendo por objetivo a harmonização das necessidades humanas com os recursos materiais e humanos conscientemente geridos.

Para este autor, o caráter fetichista da mercadoria, da troca e do dinheiro, o trabalho assalariado, a competição antagônica, as contradições internas mediadas pelo Estado burguês, o mercado, e a reificação da cultura são resultado da ausência de controle humano, o que nos leva a crer que devem ser superados radicalmente e substituídos por “instrumentos e meios de intercâmbio humanos conscientemente controlados” (MÉSZÁROS, 1981, p.225).

A transcendência da alienação da produção poderia ser esboçada pela concepção de um processo longo e complexo de modificação, caracterizado pela *descontinuidade* na *continuidade* onde os produtores associados regulariam racionalmente o seu intercâmbio.

A necessidade de um “controle social global consciente das condições de auto-realização humana” é imprescindível para que os seres humanos rompam “a tirania da base material” (MÉSZÁROS, 1993, p.201). Sabendo que o capitalismo é uma sociedade regida pelas forças desumanas da competição antagônica e do ganho implacável, aliados a concentração de riquezas e poder em um número menor de mãos, onde o trabalhador existe para satisfazer as necessidades de auto-expansão dos valores existentes, ao invés da riqueza material existir para satisfazer as necessidades de desenvolvimento do trabalhador, há a necessidade de criação de mediações que permitam a intervenção humana consciente nos processos materiais.

É nesse sentido que Mészáros confere aos Conselhos de Trabalhadores e outras formas de mediação o papel na busca de um *planejamento genuíno*. Lembremos que os Conselhos têm um potencial mediador e emancipador ao solucionar de forma racional os problemas existenciais vitais dos trabalhadores,

¹¹ Para maiores detalhes sobre a relação entre alienação e cooperativismo, ver Novaes (2005b). Storch (1985) retrata uma das faces da alienação na seguinte passagem: “A alienação, no pensamento marxista, é um fenômeno que transcende os limites da firma individual. Mesmo que uma firma passe a ser de propriedade dos trabalhadores, a alienação dos mesmos persistirá, porque o regime de propriedade privada no restante da economia continuará determinando preços e salários, através das forças impessoais de mercado. Por exemplo, eis uma crítica de tipo marxista a cooperativas de trabalho industrial isoladas (...) Os trabalhadores proprietários, mesmo que não tenham sentimentos de alienação no trabalho, podem tornar-se impotentes perante as forças competitivas do mercado, que são as que determinam, em última instância, as chances do sucesso da empresa e a qualidade de vida de seus membros” (STORCH, 1985, p.145). Storch acredita que é inconcebível tratar a alienação apenas na dimensão da empresa isolada, pois suas determinações estão principalmente no nível da sociedade.

das preocupações cotidianas com moradia e trabalho, as grandes questões da vida social de acordo com suas necessidades elementares de classe. Entretanto, este autor faz algumas advertências:

(...) os Conselhos de Trabalhadores não deveriam ser considerados a “panacéia” para todos os problemas da revolução, contudo sem alguma forma de auto-administração genuína, as dificuldades e contradições que as sociedades pós-revolucionárias têm que enfrentar se transformarão em crônicas, e podem até mesmo trazer o perigo de uma reincidência nas práticas produtivas da velha ordem, mesmo que sob um tipo diferente de controle pessoal. Quando da sua constituição espontânea, em meio as importantes crises estruturais dos países envolvidos, os Conselhos de Trabalhadores tentaram se atribuir em mais de uma ocasião na história, precisamente o papel de auto-administrador possível, a par da responsabilidade auto-imposta - que esta implícita no papel assumindo e é praticamente inseparável dele - de executar a gigantesca tarefa de reedificar, em longo prazo, a estrutura produtiva social herdada (MÉSZÁROS, 2002, p.457 – grifos no original).

Os Conselhos de Trabalhadores “ou qualquer outro nome” devem cumprir o papel de mediadores materiais efetivos entre a ordem antiga e a ordem socialista almejada¹². Isso porque o sistema do capital é um modo de controle global-universalista que não pode ser historicamente superado exceto, por uma alternativa sócio-metabólica igualmente abrangente (MÉSZÁROS, 2002, p.599).

Enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente ocupadas e exercidas autonomamente pelos produtores associados, mas deixadas à autoridade de um pessoal de controle separado (ou seja, um novo tipo de personificação do capital), o próprio trabalho continuará a reproduzir o poder do capital contra si mesmo, mantendo materialmente e dessa forma estendendo a dominação da riqueza alienada sobre a sociedade (MÉSZÁROS, 2002, p.601). Todas as funções de controle do sociometabolismo devem ser progressivamente apropriadas e positivamente exercidas pelos produtores associados pois, na falta disso, o comando das determinações produtivas e distributivas da reprodução social continuará sob a égide do capital.

Trazendo o debate para o tema das fábricas e sua integração ao sistema, Mézszáros afirma que a fábrica capitalista não é um instrumento isolado mas um sistema poderoso (um verdadeiro “microcosmo”), baseado no “despotismo do lugar de trabalho” (sua estrutura de comando hierárquica interna), em sua conexão orgânica com a “tirania do mercado” que une e integra as unidades produtivas particulares no interior do “macrocosmo” totalizante da estrutura reguladora capitalista (MÉSZÁROS, 2002, p. 865).

Nas sociedades pós-capitalistas, a retenção da divisão do trabalho – com sua estrutura de comando autoritária – conduziu para a defesa do “socialismo de mercado” justamente porque não conseguiu remediar a inconsistência e a

¹² Não é preciso lembrar que um modo de produção socialista não gera automaticamente um estilo de vida socialista (NOVAES, 2004a).

contradição entre as unidades produtivas particulares e a estrutura sintetizante global dos sistemas socioeconômicos estabelecidos (MÉSZÁROS, 2002)¹³.

Advogando que há uma margem de manobra mesmo diante do sistema produtor de mercadorias, Mézszáros afirma que passos podem ser dados rumo a transformação global, sem se esperar pela reversão radical das relações de poder existentes entre capital e trabalho em uma escala global (MÉSZÁROS, 2002, p.895). No entanto, o que decide a questão é o modo pelo qual os passos parciais são integrados numa estratégia coerente global, cujo alvo não é apenas a melhoria do padrão de vida, mas a reconstrução radical da divisão de trabalho estabelecida (MÉSZÁROS, 2002, p. 630).

Segundo Mézszáros, é impossível divisar uma ordem reprodutiva socialista viável mantendo-se as formas existentes e as camadas de complexidades mistificadoras do sistema do capital. A idéia de que “a microeconomia” poderia e deveria ser, com segurança, entregue à fetichizada e desumanizadora tirania do mercado, regulando adequadamente, ao mesmo tempo, a “macroeconomia”, sob o slogan de um “socialismo de mercado” fictício, é totalmente incoerente como concepção e totalmente desastrosa como política prática, seja “à la Iugoslávia” ou “à la Gorbatchev” ou de qualquer outra forma” (MÉSZÁROS, 2002, p. 931). A aceitação desta idéia significa apenas a renúncia total à possibilidade de que os seres humanos possam, um dia, controlar a incontabilidade do sistema do capital¹⁴.

Chamando a atenção o fato de que a expropriação dos expropriadores “deixa em pé a estrutura do capital”, Mézszáros afirma que a questão fundamental é o “controle global do processo de trabalho pelos produtores associados, e não simplesmente a questão de como subverter os direitos de propriedade estabelecidos” (MÉSZÁROS, 2002, p.628). Ou ainda, que a expropriação dos expropriadores é apenas um pré-requisito, não significando quase nenhuma alteração no que se refere à necessidade do controle global do processo de trabalho pelos produtores associados (MÉSZÁROS, 2002, p. 628).

Mézszáros critica os equívocos da esquerda cooperativista, pois esta não se atentou para a necessidade de promover *ataques duplos* ao sistema sociometabólico do capital. Vejamos:

De fato, nada é realizado por mudanças – mais ou menos facilmente reversíveis – apenas dos direitos de propriedade, como testemunha amplamente a história das “nacionalizações”, “desnacionalizações” e “privatizações” no pós-guerra. Mudanças legalmente induzidas nas relações de propriedade não têm garantia de sucesso mesmo que abarquem a ampla maioria do capital privado, quanto mais se se limitarem à sua minoria falida. O que necessita radicalmente ser alterado é o modo pelo qual o “microcosmo” reificado da jornada de

¹³ Na seqüência imediata da revolução, pode-se dar origem a uma economia dirigida e controlada burocraticamente, e este tipo de controle, apenas reforça a divisão estrutural hierárquica do trabalho e a forma correspondente de distribuição (MÉSZÁROS, 2002, p. 885).

¹⁴ Desde que o controle da produção e da distribuição esteja alienado do trabalho, o exercício separado de controle deve ser protegido pela expropriação do conhecimento exigido pelas funções reprodutivas societárias (MÉSZÁROS, 2002, p. 929). A desabonadora divisão e fragmentação do trabalho que acompanha a estrutura da produção de mercadorias priva totalmente o trabalho vivo da supervisão e do controle do processo de trabalho da sociedade, junto com a sua dimensão distributiva (MÉSZÁROS, 2002, p. 628).

trabalho singular é utilizado e reproduzido, apesar de suas contradições internas, através do “macrocosmo” homogeneizado e equilibrado do sistema como um todo (MÉSZÁROS, 2002, p. 629).

Mészáros enfatiza que as relações capitalistas de propriedade representam não mais que o pré-requisito material e as garantias legalmente sancionadas à articulação substantiva desse complexo global de reprodução sociometabólica¹⁵. É este complexo que necessita de uma reestruturação radical, de tal modo que um “macrocosmo” qualitativamente diferente e conscientemente controlado possa ser erigido a partir das autodeterminações autônomas de “microcosmos” qualitativamente diferentes.

A relação de troca à qual o trabalho está submetido não é menos escravizante que a separação e a alienação das condições materiais de produção dos trabalhadores. Ao reproduzir as relações de troca estabelecidas em uma escala ampliada, o trabalho pode apenas multiplicar o poder da riqueza alienada sobre ele próprio (MÉSZÁROS, 2002). E ele prossegue:

A triste história das cooperativas nos países capitalistas, apesar de suas genuínas aspirações socialistas no passado, é eloqüente a esse respeito. Mas mesmo a estratégia de subverter as relações de propriedade de capitalismo privado pela “expropriação dos expropriadores” pode, sem a reestruturação radical das relações de troca herdadas, apenas arranhar a superfície, deixando o capital nas sociedades pós-capitalistas – ainda que numa forma alterada – no controle pleno do processo de reprodução. Deste modo, nada pode ser mais absurdo do que a tentativa de instituir a democracia socialista e a emancipação do trabalho a partir do fetichismo escravizador do “socialismo de mercado” (MÉSZÁROS, 2002, p. 629).

Neste sentido, Mészáros acredita que a possibilidade de uma modificação inclusive das menores partes do sistema do capital implica a necessidade de *ataques duplos*, constantemente renovados, tanto às “células constitutivas ou “microcosmos” (isto é, o modo pelo qual as jornadas de trabalho singulares são organizadas dentro das empresas produtivas particulares) com os “macrocosmos” auto-regulantes e aos limites estruturais auto-renovantes do capital em sua inteireza” (MÉSZÁROS, 2002, p.630 – grifos no original)¹⁶.

Para teorizar sobre a dialética da parte e todo e sobre a necessidade de *ataques duplos*, Mészáros se apóia na crítica de R. Luxemburgo a Bernstein. Para esta pensadora, o problema das cooperativas não está na falta de disciplina dos trabalhadores, tal como advogava Bernstein. A contradição das cooperativas é que elas têm que governar a si mesmas com o mais extremo

¹⁵ A alienação reforçada institucionalmente dos meios e do material de trabalho do trabalhador constitui apenas pré-condição material da articulação capitalista fragmentadora e homogeneizadora do processo de trabalho e da complexa subjugação do trabalhador ao comando do capital como “trabalhador avulso”, preso ao controle das funções produtivas infinitesimais, e sem qualquer controle sobre a distribuição da produção social total (MÉSZÁROS, 2002, p. 629).

¹⁶ Para Mészáros, mediação não deve ser confundida com gradualismo e reformismo.

absolutismo¹⁷. Nelas, os trabalhadores são obrigados a assumir o papel do empresário capitalista contra si próprios – uma contradição que responde pelo fracasso das cooperativas de produção, que ou se tornam puros empreendimentos capitalistas ou, se os interesses dos trabalhadores continuarem predominando, terminam por se dissolver.

Para Mészáros, sob o capitalismo, a disciplina - “regime absolutista natural do capitalismo” - é impiedosamente imposta ao trabalho pelo autoritarismo do local de trabalho e pela tirania do mercado (incluindo, claro, o mercado de trabalho). O impulso de impor emana dos imperativos expansionistas de produção do capital, e deve prevalecer a todo custo, não importa o quanto sejam desumanas e deformadoras as conseqüências (MÉSZÁROS, 2002, p. 971)¹⁸.

Neste sentido, a verdadeira questão é, portanto, para Mészáros, “a relação dialética entre o todo e suas partes”. Sob o sistema do capital, os escalões do topo de sua estrutura de comando, com a sua perversa centralidade, usurpam o lugar do todo e dominam as partes, impondo a sua parcialidade como “interesse do todo”. É assim que a totalidade auto-sustentada do capital pode se afirmar, provocando um curto-circuito não dialético na relação parte/todo, como um sistema orgânico. A alternativa hegemônica socialista, portanto, envolve, a reconstituição dialética objetiva das partes e do todo, das menores células constitutivas até as relações produtivas e distributivas mais abrangentes, de modo não conflitante (MÉSZÁROS, 2002, p. 980).

Sendo assim, o sucesso do planejamento depende, para Mészáros:

da coordenação das suas atividades produtivas e distributivas livremente consentida por aqueles que executam os objetivos conscientemente divisados. Portanto, o planejamento genuíno é inconcebível sem uma substantiva tomada de decisão de baixo, pela qual tanto a coordenação lateral como a integração abrangente de práticas reprodutivas se tornam possíveis. E vice-versa, pois, sem o exercício conscientemente planejado e amplamente coordenado das suas energias e habilidades criativas todo discurso sobre a tomada de decisão democrática dos indivíduos não possui qualquer substância. Apenas juntos os dois poderão definir as exigências elementares da alternativa hegemônica socialista à ordem sociometabólica do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 980)¹⁹.

¹⁷ Lembremos que para Luxemburgo uma cooperativa usa todos os métodos que lhe permitem enfrentar seus competidores no mercado.

¹⁸ Mészáros advoga a necessidade da disciplina, no seu “sentido positivo”. Esta significa a dedicação autônoma dos indivíduos às tarefas que enfrentam, não por meio de um comando externo a eles – nem sequer como resultado de exortações morais que de muitas formas se assemelham, mas porque eles de fato internalizam as tarefas pelas suas deliberações e ações autodeterminadas, definindo para si próprios tanto os objetivos a serem perseguidos como os modos e os meios pelos quais eles podem ser realizados (MÉSZÁROS, 2002, p. 976).

¹⁹ No sistema comunal, Marx, advoga, dentre outras coisas, a organização planejada do trabalho (em vez de sua alienante divisão), determinada pelos imperativos auto-afirmadores do valor de troca na sociedade de mercado, de tal modo que a atividade produtiva dos trabalhadores particulares seja mediada não de forma reificada-objetivada por meio da troca de mercadorias, mas pelas condições intrinsecamente sociais do próprio modo de produção dado no interior do qual os indivíduos são ativos (MÉSZÁROS, 2002, p. 881).

Poderíamos concluir, interpretando Mészáros, que a auto-administração dos produtores associados deve ser pensada como uma alternativa hegemônica à ordem social do capital. Ao contrário do que vislumbra a Economia Solidária, Mészáros advoga a necessidade de *ataques duplos*: por um lado o controle coordenado da produção através da democracia substantiva dos produtores e a necessidade de mudanças qualitativas nos microcosmos (fábricas) e por outro, mudanças para dentro dos muros das fábricas, tais como as sinalizadas na primeira parte deste artigo.

Para Marx (1866), o movimento cooperativo,

limitado a las formas enanas, las únicas que pueden crear con sus propios esfuerzos los esclavos individuales del trabajo asalariado, jamás podrá transformar la sociedad capitalista. A fin de convertir la producción social en un sistema armónico y vasto de trabajo cooperativo son indispensables cambios sociales generales, cambios de las condiciones generales de la sociedad, que sólo pueden lograrse mediante el paso de las fuerzas organizadas de la sociedad, es decir, del poder político, de manos de los capitalistas y propietarios de tierras a manos de los productores mismos (MARX, 1866, s/nº).

Já Marx (1986; 1994) destaca os fatores que independem da conquista do poder político para se construir o autogoverno dos produtores associados.

De acordo com Quijano (2002), Marx não considerava as cooperativas em si como uma alternativa ao capitalismo mas estas poderiam desempenhar um importante papel de apoio à auto-educação dos trabalhadores na época de se reapropriarem do controle de seu trabalho contra o despotismo do capital.

Dilemas das Fábricas Recuperadas diante do modo de produção do capital

Estamos trabalhando contra o desemprego. É uma alternativa concreta que os trabalhadores enfrentam frente a falta de resposta do Governo e dos patrões

Isso é o que queremos construir, empresas com todos os trabalhadores possíveis

Para alguns, as frases acima mencionadas podem ser consideradas ambíguas. Enquanto os mais críticos afirmariam que uma luta somente por emprego pode se dar dentro do quadro de reprodução do capital (e portanto não são revolucionárias), outros afirmariam que – mesmo inconscientemente – estes trabalhadores estão ajudando a construir o socialismo na América Latina e a luta pela manutenção dos postos de trabalho, por si só já é uma luta socialista (NOVAES, 2005g).

No entanto, quando se pergunta qual é o objetivo último dos trabalhadores e presidentes dos movimentos sociais, a maioria diz que, por enquanto, uma fábrica que é recuperada pelos trabalhadores é apenas uma experiência de

contenção social. Funcionando muito mais por pragmatismo do que por ideologia socialista, os gritos das FRs que ecoam na Argentina, Uruguai e Brasil clamam pelo emprego, pela libertação nacional e o não pagamento da dívida externa. Alguns chegam a declarar a necessidade de uma nova divisão do trabalho (NOVAES, 2005e; NOVAES, 2005f). Isto pode ser considerado revolucionário? Sim e não.

No editorial da Revista Organizações & Democracia, Vieitez e Dal Ri (2003) fazem uma análise sobre a economia solidária que pode contribuir para o debate aqui travado. Senão vejamos:

Até o presente momento, exceto no caso do MST e de casos isolados, a economia solidária encontra-se voltada para si própria. Ela trabalha pelas bordas da economia dominante, como se um acordo tácito tivesse sido feito entre ela e os sindicatos. Os sindicatos estão voltados para os trabalhadores assalariados empregados. E a economia solidária desenvolve empreendimentos econômicos alternativos às empresas capitalistas, em geral nos setores de mão-de-obra intensiva. Isto segue assim, mesmo no caso da Central Única dos Trabalhadores que, a duras penas e depois de muito tempo, acabou criando uma Secretaria para o desenvolvimento da economia solidária. A economia solidária leva em seu bojo fábricas controladas pelos seus trabalhadores que se reivindicam da autogestão democrática. **Mas, a autogestão democrática, como princípio organizador de todas as fábricas, e ou de toda sociedade, não é preconizada nem mesmo a título especulativo.** Dessa forma, o que se pretende? Supõe-se, talvez, que a economia solidária possa expandir-se ininterruptamente às custas da empresa capitalista, até o ponto de chegar a confrontá-la de algum modo? Ou imagina-se que ela terá um espaço fundamental na sociedade sem alienar propriamente a organização capitalista da sociedade? (VIEITEZ; DAL RI, 2003, p. vi – grifo nosso).

A necessidade de lutar por mudanças no macrocosmo, como sugere Mézáros, ou a pela autogestão como princípio organizador de todas as fábricas, como afirmam Vieitez e Dal Ri, não impede os trabalhadores de realizar mudanças no *microcosmo*.

Talvez simbolizando muito bem o que serão os movimentos sociais na primeira metade do século XX, verifica-se a ausência de um projeto social radical por parte das FRs que tenha um norte “para além do capital” (MÉSZÁROS, 2002). Raras vezes se menciona que estas podem ser extremamente úteis ao sistema capitalista, ou ainda, ser “colonizadas”, nas palavras de Heller (2004). Longe de causar um abalo sísmico no sistema, aquilo que teoricamente se constituiria como uma alternativa radical, apontada por alguns como os germes do socialismo no oceano capitalista, pode acabar se tornando uma via de controle social dos pobres onde as classes dominantes mantêm o domínio do *núcleo duro* da economia. Se é verdade, como aponta o lema do Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER), que toda empresa que “fecha, deve ser ocupada e colocada para produzir”, o que fazem os trabalhadores quando as fábricas não fecham?²⁰

²⁰ Numa pesquisa realizada no fim de 2004 junto a trabalhadores de FRs, perguntaram se era legítimo ocupar fábricas que “não fecharam”: 90% dos trabalhadores responderam que não.

Tomemos como exemplo o Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores (MNFRT). Este movimento tem como marca o isolamento da política e dos partidos políticos. Verificamos que o MNFRT é um movimento social que aponta fundamentalmente para a conservação do posto de trabalho e que os próprios trabalhadores administrem a fábrica²¹. Isto serve para diferenciá-los do outro movimento de FRs. Ao contrário do MNER, o MNFRT afirma que *não faz política*, que a proposta deles serve somente para conservar postos de trabalho. Para nós, isso é grave, pois uma *não política* também é uma política. Se pudéssemos diferenciar os dois movimentos, diria que o MNER tende mais a incomodar o capital, enquanto o MNFRT pode dar fôlego ao capital.

Uma das exceções em termos de engajamento na luta pela recuperação do trabalho com o engajamento pela transformação da região na qual está inserida é a Fábrica de cerâmicas Zanon (Argentina). Situada na província de Neuquén, esta fábrica está atualmente “ilegal” do ponto de vista jurídico. Os trabalhadores reconhecem que estão completamente ilegais do ponto de vista jurídico, mas dizem: “temos que sobreviver, há uma razão social em primeiro lugar”. Com um forte apelo aos vínculos da fábrica “a serviço da comunidade”, continuam: “Sou um trabalhador e quero retribuir à comunidade tudo o que ela nos deu. (...) Os lucros desta fábrica têm que ir para ela” (MAGNANI, 2003, p.143)²².

Esta fábrica vem obtendo muitos excedentes, a ponto dos trabalhadores incorporarem a função de *Fábrica-Estado*. Dentre seus desejos, querem construir hospitais, escolas, aumentar a doação de cerâmica para o povo da cidade e inúmeras outras coisas.

Em Novaes (2004a), averiguamos que os empreendimentos autogestionários não podem ser analisados sem se prestar atenção ao em torno em que estão inseridos. Não pode haver uma teoria que se sustente olhando apenas “para dentro das cooperativas”, celebrando a nova forma de decisão democrática, parlamentarista, na qual os trabalhadores aparentemente decidem coletivamente os rumos de cada empresa sem se observar que a produção de mercadorias é uma forma de ditadura, sem se prestar atenção que as cooperativas estão inseridas em cadeias produtivas que lhes roubam a autonomia aparentemente conquistada ao adquirir os meios de produção. Visto que as condições de produção e controle muitas vezes são externas às empresas industriais individualmente, não se pode analisar os empreendimentos autogestionários sem compreendê-los como pertencentes ao sistema produtor de mercadorias, como estando inseridos num complexo de relações numa cadeia produtiva.

Uma maneira de resolver este problema teórico se daria através da investigação não só das relações de trabalho nas cooperativas – análise na qual se centra a maioria das pesquisas na Economia Social e Solidária - desde a forma como se reparte o excedente, como se dá a divisão do trabalho, etc

²¹ Não foi sem razão que alguns trabalhadores chegaram a esta conclusão, pois alguns partidos políticos *usaram* as FRs.

²² No seio das FRs, mostra-se claramente um sentimento de que as fábricas são bem públicos ou bens sociais, estando a frente de qualquer direito a “propriedade privada” que o antigo dono reivindica. Ver, por exemplo, (MAGNANI, 2003, p.66). Para maiores detalhes sobre as FRs no Brasil, Argentina e Uruguai, ver Novaes (2005e).

mas também através da investigação da inserção dos empreendimentos autogestionários nas cadeias produtivas, quem são os fornecedores, quem são os compradores, qual o tipo de governança na cadeia, quais as imposições que se fazem, qual a margem de autonomia etc²³.

Na falta desta análise, cairemos no postulado de que as unidades produtivas autogestionárias são ilhas de socialismo num mar de capitalismo ou ilhas de democracia decisória (parlamentarismo interno no interior dos muros da fábrica) dentro do mar da ditadura do mercado (NOVAES, 2005d).

Conclusões da pesquisa

As considerações teóricas expostas ao longo da primeira parte desta pesquisa procuraram ir para além da necessidade de criação de uma nova cultura do trabalho e de mecanismos parlamentares nas FRs. Para nós, trata-se da necessidade de um olhar mais profundo, que identifique a necessidade de se levar a cabo uma total reestruturação dos meios e da organização da produção.

O conceito de AST nos obrigou a pensar as FRs para além de uma simples mudança jurídica de propriedade, ou em termos marxistas, para além da *expropriação dos expropriadores*. Isso porque a alienação das forças produtivas não se extingue através de decreto nem com uma modificação da propriedade jurídica, mas requer um longo prazo de maturação.

Tudo leva a crer que o problema é muito mais complexo do que a mudança de propriedade dos meios de produção e a criação de assembleias democráticas, conselhos administrativos ou até mesmo uma nova divisão do trabalho. As modalidades de AST 6 e 7, anunciam a necessidade de uma mudança radical na rota de pesquisa tecnocientífica, algo que não vem sendo cogitado e muito menos realizado pelos pesquisadores latino-americanos.

Neste sentido, procuramos, por um lado, criticar a visão da maioria dos marxistas, que consideram a tecnologia como sendo um veículo para emancipação humana. Esse propósito foi perseguido, por um lado, com a busca da sistematização dos argumentos dos autores críticos das forças produtivas capitalistas, autores estes que questionam a visão daqueles que entendem as forças produtivas como sendo o lado bom e brilhante do capitalismo, que estas seguiriam numa trilha de avanço inexorável, sempre benéfico. Se para a ESS as forças produtivas podem ser transplantadas para uma nova sociedade, estes autores são mais cautelosos, procurando demonstrar a árdua tarefa histórica que a classe trabalhadora terá pela frente.

A C&T capitalista, muito longe de representar a emancipação histórica da classe trabalhadora, é um instrumento do capital para fortalecer seu sistema de dominação (NOVAES;DAGNINO, 2005).

²³ Um estudo realizado no Rio Grande do Sul parece bastante proveitoso para evidenciar o argumento aqui esboçado. Apesar de reconhecer a possibilidade de criação de um processo coletivo de organização e execução do trabalho, Assenburg (2004) deixa claro a “autonomia limitada” das cooperativas investigadas frente a grande dependência das grandes empresas contratantes.

Por outro lado, buscou-se sinalizar as possibilidades de emergência de processos de AST em Fábricas Recuperadas no Brasil, Argentina e Uruguai.

Nossa revisão bibliográfica sobre as mudanças e permanências em Fábricas Recuperadas bem como as nossas pesquisas, nos levaram a crer que mesmo com as possibilidades de criação de *descontinuidades* na *continuidade*, está havendo muito mais *continuidades* na *descontinuidade*.

No entanto, se é verdade que é impossível abolir por decreto a antiga divisão do trabalho em fábricas que surgem da apropriação ou arrendamento da massa falida, também é verdade que os trabalhadores podem subverter no seu dia-a-dia uma tecnologia criada para propósitos distintos daqueles vislumbrados por empreendimentos que seguem na busca da autogestão. Constata-se a permanência de conflitos internos, tanto no chão de fábrica quanto entre administração e chão-de-fábrica, não somente em aspectos relacionados à distribuição do excedente mas também à organização do trabalho.

Ademais, são poucos os autores e trabalhadores que questionam a visão neutra da C&T. No caso das fábricas visitadas, verifica-se uma acentuação imensa da autogestão enquanto possibilidade de decisão democrática no seio da unidade produtiva. Na Argentina, os trabalhadores acreditam que autogestão significa retiradas igualitárias.

Os trabalhadores não colocam a necessidade de desestruturação do antigo processo de trabalho e a necessidade de uma tecnologia hardware alternativa como um problema. Quanto à organização do processo de trabalho, alguns pesquisadores da ESS identificam a necessidade de desestruturação das antigas relações de trabalho e a criação de um processo de trabalho autogestionário, enquanto outros se contentam com o mecanismo parlamentar. No que se refere à tecnologia hardware, trabalhadores de FRs e pesquisadores se expressam por três vias. Quando a fábrica possui a melhor tecnologia do momento, afirmam que não existe nenhum problema tecnológico. Quando a fábrica foi sucateada ou as máquinas estão desgastadas, afirmam que precisam adquirir as máquinas mais novas proporcionadas pelo mercado. Se estão impossibilitados de adquirir a safra tecnológica mais nova, afirmam que precisam comprar máquinas usadas porém bem conservadas.

Ao nosso ver, a visão de que a tecnologia avança, sendo a última tecnologia sempre a melhor, está impregnada nas mentes dos trabalhadores de FRs tanto quanto dos trabalhadores de empresas convencionais. Não se percebe, o caráter relacional da tecnologia, ou se quisermos, seu Fetiche (NOVAES;DAGNINO, 2004).

No que se refere ao processo de trabalho, verificamos dois casos. Naquelas fábricas onde existem engenheiros e líderes de seção, ainda se constata uma dependência estrutural dos trabalhadores em relação aos primeiros, por mais que os cooperados não reconheçam. A mudança pode ocorrer, por um lado, se os trabalhadores aumentarem seus conhecimentos do processo produtivo e, por outro, se os trabalhadores do chão-de-fábrica criarem mecanismos de contra-poder, pois sabemos que os líderes e engenheiros possivelmente farão de tudo para manter as antigas relações de dominação.

No que se refere às dificuldades, contradições e potencialidades dos Movimentos de Fábricas Recuperadas (MFRs), nossa investigação baseou-se no estudo de fábricas que foram reerguidas pelos trabalhadores a menos de 7 anos, o que nos leva a crer que seria muito pretenciosa a constatação de mudanças significativas. Ademais, lembremos que os seres humanos não constroem mudanças como querem, mas como podem, segundo as possibilidades de sua época histórica. Vimos que as formas de produção da ES são atípicas porém podem conviver - sem abalar - o capitalismo (GAIGER, 2002).

Além de não subestimar a capacidade de rejuvenescimento e superação perante as crises, deve-se levar em conta a capacidade de cooptação das formas atípicas de produção que possuem um potencial revolucionário, o que dificulta ainda mais a teorização sobre o papel dos movimentos de FRs na construção de uma alternativa socialista.

Acreditamos também, que um olhar microscópico, que analisa a autogestão somente no local de trabalho, ignora os determinantes da produção de mercadorias e a necessidade de re-fundação do planejamento socialista da produção (NOVAES, 2005b).

É por isso que recorreremos principalmente à análise da obra de Mészáros, pois este sinaliza com uma proposta de *ataques duplos*, que aqui foi representada como sendo a transformação *dentro* dos muros das FRs (microcosmo) e *fora* dos muros (macrocosmo) das mesmas para se efetivar transformações substantivas.

Quanto à Economia Social e Solidária, muito se tem debatido sobre a funcionalidade sistêmica dos empreendimentos que ela engloba e sobre as possibilidades dela ajudar a sepultar o sistema sociometabólico do capital. Nossa análise vem nos levando a crer que na atual conjuntura, tanto pelas políticas dos MFRs quanto pelo contexto no qual estão inseridos (principalmente o isolamento ou a não generalização destes empreendimentos e a não *contaminação* da autogestão nas empresas capitalistas) estão fazendo com que os poucos empreendimentos mais à esquerda percam seu potencial revolucionário, ganhando um cunho adaptativo.

Referências Bibliográficas:

ASSEMBURG, B. A autogestão no caminho da heteronomia à autonomia: ponderações sobre experiências autogestionárias em cooperativas de calçados. In: **III Encontro de Investigadores Latino-americanos de cooperativismo**. Abril de 2004, São Leopoldo, CD-Rom.

BERTULLO, J.; SILVEIRA, M.; ISOLA, G.; CASTRO, D. **El cooperativismo en Uruguay**. Montevideo: Unidad de Estudios Cooperativos, Universidad de la República, 2003.

BETTELHEIM, C. **Revolução Cultural e Organização Industrial na China**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BIALAKOWSKY, A. et al. **Cooperación y conflicto en las nuevas formas de autogestión de los trabajadores**. In: XXIV Congreso da Alas, 2003. Arequipa (Peru), Anais.

BIJKER, W. E. **Of Bicycles, Bakelites, and Bulbs**. Toward a Theory of Sociotechnical Change. Massachusetts, MIT Press, 1995.

BRYAN, N. A Ciência e Tecnologia na prancheta dos monopólios capitalistas. Resenha do livro *America by design* de David Noble. Campinas, **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, número 1, 1985, págs 51 a 55.

BURAWOY, M. **The politics of production**. 3ª Edição. Londres – Nova Iorque: Verso, 1990.

CHESNAIS, F. e SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo: Boitempo Editorial, número 16 -2003.

CORAGGIO, J. L. **Una alternativa socioeconómica necesaria**: la economía social. Disponível em:

[www.riless.unqs.edu.ar/documentos/81 Una alternativa socioeconomica.pdf](http://www.riless.unqs.edu.ar/documentos/81_Una_alternativa_socioeconomica.pdf)

Acesso em Julho de 2005.

DAGNINO, R. e NOVAES, H. T. As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros. In: **II Colóquio Internacional Cátedra Unesco-Unisinos - V Encontro de Estudos sobre o mundo do trabalho**. São Leopoldo, 2005b, Resumos ampliados.

DAGNINO, R. **Em direção a uma Estratégia para a redução da pobreza**: a Economia Solidária e a Adequação Sócio-técnica. In: Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a ciência e a cultura, Sala de Lectura CTS+I de la OEI, disponível em <http://www.campus-oei.org/salactsi/index.html> (2002a).

DAGNINO, R. **Enfoques sobre a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade**: Neutralidade e Determinismo. In: Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a ciência e a cultura, Sala de Lectura CTS+I de la OEI, disponível em <http://www.campus-oei.org/salactsi/index.html> (2002b).

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F.C. e NOVAES, H.T. Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE Jr, A. et al. **Tecnologia Social**

- uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundação Banco do Brasil, 2004, p.15 a 64.
- FAJN, G. et al. **Fábricas y empresas recuperadas** – protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad. Buenos Aires: Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2003.
- FARIA, M.S. **Da autogestão à Economia Solidária**: o surgimento do novo cooperativismo no Brasil. Impresso, 2005.
- FEENBERG, A. **Transforming technology**. Oxford University Press, 2002.
- GAIGER, L. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>> Acesso em 10 de mar. de 2002.
- HELLER, P. **Fábricas Ocupadas**. Buenos Aires: Ediciones Rumbos, 2004.
- HOLZMANN, L. Gestão Cooperativa: limites e obstáculos à participação democrática. In: SINGER, P. e SOUZA, A. (orgs) **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo, Contexto: 2000.
- KATZ, J.; CIBOTTI, R. **Marco de referencia para un programa de investigación en ciencia y tecnología en América Latina**. Buenos Aires: Cepal, 1976.
- LIMA, J. C. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção- a retomada de um velho paradigma. In: **XXVII Encontro Anual da ANPOCS**, GT Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social, Caxambu, outubro de 2003, Anais.
- LUKÁCS, G. **The process of democratization**. Albany: State University of New York, 1991 (traduzido de Demokratisierung heute und morgen).
- MAGNANI, E. **El cambio silencioso** – empresas y fábricas recuperadas por los trabajadores en la Argentina. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2003.
- MARX, K. Instrucción sobre diversos problemas a los delegados del Consejo Central Provisional (1866). In: K. MARX.; F. ENGELS, **Obras Escogidas**. Tomo II, Moscú, Editorial Progreso. (www.marxists.org) Retirado em novembro de 2004.
- MARX, K. **A Guerra civil na França**. São Paulo: Global, 1986.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844**. Lisboa: Avante, 1994.
- MÉSZÁROS, I. **Marx: A Teoria da Alienação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 4ª ed.
- MÉSZÁROS, I. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio, 1987.
- MÉSZÁROS, I. **Filosofia, Ideologia e Controle Social**. São Paulo: Ensaio, 1993.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MURÚA, E.; ABELLI, J. **Charla en el 2º Congreso Nacional de Sociología**. Buenos Aires: UBA, outubro de 2004.
- NOBLE, D. **Forces of production**. New York: Alfred Knopf:1984.

- NOBLE, D. **La locura de la automatización**. Barcelona: Alikornio, 2001.
- NOBLE, D. Social Choice in Machine Design. In: A. ZIMBALIST (org). **Case Studies on the labor process**. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1989.
- NOBLE, D. **Una visión diferente del progreso** – En defensa del luddismo. Barcelona: Alikornio, 2000.
- NOVAES, H.T. **Os Simões Bacamarte da Economia Solidária**. Campinas: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, 2004a. Disponível em <<http://www.itcp.unicamp.br>>.
- NOVAES, H. T. **Entrevista com o presidente da Cooperativa Los Constituyentes** (Pascual Nieva). Villa Martelli, nov. de 2004, 2004b.
- NOVAES, H.T. **Notas sobre Fábricas Recuperadas na Argentina e Uruguai**. Relatório de pesquisa (CAPES). 2005a. Disponível em <www.ecosol.org.br>.
- NOVAES, H.T. Os dois pilares para se construir a autogestão: uma crítica aos pesquisadores da Economia Solidária. In: **X Encontro Nacional de Economia Política**, maio de 2005b, Campinas, CD-Rom.
- NOVAES, H.T. Para além da apropriação dos meios de produção?: O processo de Adequação Sócio-Técnica em Fábricas Recuperadas na Argentina e Uruguai. Blumenau: **II Jornada de Jovens Pesquisadores em Ciência Tecnologia e Sociedade**, abril de 2005c. CD-Rom.
- NOVAES, H.T. **Idéias de Canário e O Alienista: debatendo as faces da alienação em cooperativas de trabalhadores a partir de Machado de Assis**. Campinas: mimeo, 2005d.
- NOVAES, H.T. **Para além da apropriação dos meios de produção? O processo de Adequação Sócio-Técnica em Fábricas Recuperadas**. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, 2005e.
- NOVAES, H.T. Quando os patrões destroem máquinas: o debate em torno das forças produtivas em fábricas recuperadas argentinas e uruguaias. **Revista de Ciências Sociais da Unisinos**, São Leopoldo, v. 42, n. 166, p., jan./jun. 2005f.
- NOVAES, H.T. Sobrevivência ou luta anti-capital? Lições preliminares sobre a (não)-funcionalidade dos movimentos de fábricas recuperadas latino-americanas ao sócio-metabolismo do capital. In: Outra América é possível? O significado das lutas populares hoje, 2005, Londrina, **1º Simpósio Estadual sobre lutas sociais na América Latina**, 2005g.
- NOVAES, H.T.; DAGNINO, R. O Fetiche da Tecnologia. **Revista Organizações & Democracia**, Marília, v. 5, n. 2, p. 189-210, dez. 2004.
- NOVAES, H.T. ASSIS, U. **Entrevista concedida pela presidente da Textilcooper**. Santo André, Textilcooper, setembro de 2004, Microcassete, 105 min.
- NOVAES, H.; ASSIS, U.; DAGNINO, R. Mapeando mudanças em empresas recuperadas sob a óptica do conceito de Adequação Sócio-Técnica. In: **2º Encontro Internacional de Economia Solidária**, junho de 2004, São Paulo, Resumos. (Artigo completo disponível em <<http://www.itcp.unicamp.br>>).

ODA, N.T. **Gestão e Trabalho em cooperativas de produção**: dilemas e alternativas à participação. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Escola Politécnica da USP, 2001.

QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B. S. (org.) **Produzir para viver** – os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

STORCH, S. Discussão da Participação dos Trabalhadores na Empresa. In: FLEURY, M.T. e FISCHER, R.M (Org.) **Processo e Relações de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Ed. Atlas, 1985.

VIEITEZ, C.; DAL RI, N. **Trabalho associado**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VIEITEZ, C.; DAL RI, N. **Editorial da Revista Organizações & Democracia**. Marília, Editora da Unesp, 2003, número 4.

Bibliografia Consultada

AGAZZI, D.L. **Trabalho e Alienação no Paradigma Marxiano**: uma discussão teórica e uma reflexão sobre a sua aplicação no capitalismo contemporâneo. 2000. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Usp: São Paulo, 2000.

ANTEAG. **Autogestão em Avaliação** – IBASE/ANTEAG. São Paulo: Gráfica Yangraf, 2004a.

ANTEAG. **Encontro Nacional da ANTEAG**. São Paulo, julho de 2004b.

BRUNO, L. **O que é autonomia operária?** São Paulo: Brasiliense, 1986a.

CAFFARATTI, J. Empresas recuperadas – Pauny (ex Zanello): estudo de caso. In: **III Encontro de Investigadores Latino-americanos de cooperativismo**. Abril de 2004, São Leopoldo, CD-Rom.

CORAGGIO, J. L. **Notas para una agenda posneoliberal**. Fórum Social das Américas, Quito, Equador, 25 a 30 de julho de 2004. Disponível em www.ibase.br/confira/Luis_Coraggio.pdf. Acesso em junho de 2005.

CRUZ, A. O Mar e a Terra da Economia Solidária. In: **XXIX Encontro Nacional da ANPEC**, 2002, Curitiba, Anais. Disponível em <<http://www.itcp.unicamp.br>> Acesso em 15 mai. de 2004.

FARIA, José Henrique de. **Comissões de Fábrica**: poder e trabalho nas unidades produtivas. Curitiba: Criar Edições, 1987.

FARIA, Maurício Sardá de. “...Se a coisa é por aí, que autogestão é essa ...?” **Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Makerli Calçados**. 1997. Dissertação (Mestrado em Administração - Programa de Pós-Graduação em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

FAJN, G.; REBÓN, J. El taller ¿sin cronómetro? Apuntes acerca de las empresas recuperadas. **Revista Herramienta**, Buenos Aires, v.1, n. 28, 2005.

GALVÃO, M.N. **Os fios da esperança?** Cooperação, Gênero e educação nas empresas geridas pelos trabalhadores. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2004.

GHIBAUDI, J. Crisis, Acción colectiva y Territorio: el fenómeno de las fábricas 'recuperadas' en el área metropolitana de Buenos Aires a partir de tres casos de estudio. In: **IX Semana de Planejamento Urbano e Regional**, Setembro de 2003, Rio de Janeiro, UFRJ, Anais.

GHIBAUDI, J. **Una aproximación comparativa a las empresas recuperadas y las autogeridas en Brasil**, 2004. Disponível em <<http://www.iisg.nl/labouragain/documents/ghibaudi.pdf>> Acesso em 10 fev. de 2005.

GUIMARÃES, V.; KOROSUE, A. **Empreendimentos Autogeridos**: um estudo exploratório-descritivo nos setores secundário e terciário de Santa Catarina. Relatório de Pesquisa, PIBIC/CNPq . Florianópolis, agosto 2000.

HOLZMANN, L. **Operários sem patrão**. Gestão cooperativa e dilemas da democracia. São Carlos: Editora da UFSCar, 2001.

LECHAT, N. **Trajetórias intelectuais e o campo da Economia Solidária no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia). Unicamp – IFCH, Campinas, 2004.

LIMA FILHO, P. A. **Argentina, um futuro em ruínas**. A pauperização e os sonhos dos trabalhadores: eles sonham com a volta ao passado? São Paulo, Mimeo, 2002. Livro Inédito.

MARTI, J.P. et al. Empresas recuperadas mediante la modalidad de cooperativas de trabajo: apuntes para la comprensión de su surgimiento. In: **III Encontro de Investigadores Latino-americanos de cooperativismo**. Abril de 2004, São Leopoldo, CD-Rom.

PARRA, H. **Liberdade e Necessidade**: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia. 2002. Dissertação (Mestrado). USP, São Paulo, 2002.

RAPOPORT, M y Colaboradores. **La Historia política, econômica y social de la Argentina (1880 – 2000)**. Buenos Aires, Ediciones Macchi, 2000.

RUFINO, S. **(Re)fazer, (Re)modelar, (Re)criar**: A autogestão no processo produtivo. 2005. 158f. Tese (de Doutorado). Escola Politécnica, USP, São Paulo, 2005.

SEOANE, J.; TADDEI, E. De Seattle a Porto Alegre: pasado, presente y futuro del movimiento anti-mundialización neoliberal. In: **Resistencias mundiales - De Seattle a Porto Alegre**. Buenos Aires: Clacso, 2001.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. e SOUZA, A. (Org.) **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo, Contexto: 2000.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, n. 51, 2004.

TAUILE, J. R.; DEBACO, E. S. Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. In: **VII Encontro Nacional de Economia Política**, Maio de 2002, Curitiba, Anais.

VIEITEZ, C. Temas de autogestão dos trabalhadores. In: VIEITEZ, C. (Org.) **A empresa sem patrão**. Marília: Ed. Unesp: 1997.